

Os governos do PT: poucas mudanças, nenhuma ruptura

João Machado Borges Neto*

I

O PT publicou, em parceria com o Instituto Lula e a Fundação Perseu Abramo, em fevereiro deste ano, o folheto “O Decênio que Mudou o Brasil”. É mais um texto de propaganda do que de análise; levando em conta seu título um tanto grandiloquente e seu conteúdo inteiramente acrítico, é razoável considerar que ele apresenta a versão mais otimista possível do que foram os dez anos de governos do PT no plano federal.

Entretanto, o que ele diz é, no fundamental, relativamente modesto. Toda sua argumentação se estrutura em torno da comparação dos dez anos de governos do PT com o período dos governos de F.H. Cardoso ou, pontualmente, com todo o período 1990-2002. Assim, afirma que o país retomou seu curso anterior aos governos neoliberais: “Os dez últimos anos mudaram o Brasil, permitindo reverter a decadência induzida pela rota da neocolonização neoliberal. O povo voltou a protagonizar mudanças, está ativo, recuperando a autoestima (Partido dos Trabalhadores, 2013, p. 5).

Para além da comparação com o período imediatamente anterior, o folheto diz que “a nação emerge (...) como uma das maiores democracias do planeta, pronta para não mais ser liderada”. Afirma que “o Brasil de hoje já lidera um novo projeto de desenvolvimento mundial, cujo movimento amplo em torno da inclusão social se transforma na mola propulsora de inédita base para o desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável” (idem, p. 6). Anuncia as perspectivas de o Brasil se tornar uma das quatro maiores economias globais e de ser o primeiro exportador de produtos agrícolas, e de, “ainda para a década de 2010”, superar a miséria e rebaixar os padrões de desigualdade “para níveis civilizados” (idem, p.6).

O ex-presidente Lula, numa entrevista-balanço concedida a Emir Sader e Pablo Gentili, “O necessário, o possível e o impossível”, feita para o livro *10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma* (Editora Boitempo, 2013) e publicada com data de 20/05/2013 no site *Carta Maior*, vinculado ao PT, aponta três grandes méritos em seu governo e no da sua sucessora: a) “provamos que era plenamente possível crescer distribuindo renda”; b) “provamos que era possível aumentar salário sem inflação” (menciona especificamente o aumento do salário mínimo); c) “aumentamos nosso comércio exterior e nosso mercado interno sem que isto resultasse em conflito”. Sobre o caráter geral de seu governo, destaca que “todos ganharam”, inclusive “a oposição” (referindo-se, de modo um tanto confuso, tanto à mídia quanto às classes dominantes):

“(...) eles nunca ganharam tanto dinheiro na vida como ganharam no meu governo. Nem as emissoras de televisão, que estavam quase todas quebradas; os jornais, quase todos

* Professor do Departamento de Economia da PUC-SP.

quebrados quando assumi o governo. As empresas e os bancos também nunca ganharam tanto, mas os trabalhadores também ganharam.”

E acrescenta o comentário muito significativo:

“Agora, obviamente que o trabalhador só pode ganhar se a empresa for bem. Eu não conheço, na história da humanidade, um momento em que a empresa vai mal e que os trabalhadores conseguem conquistar alguma coisa a não ser o desemprego.”

A distância entre o que se valoriza nestes balanços do partido e de seu principal dirigente e o programa histórico do PT, o de um partido socialista, não poderia ser mais evidente. Tanto no folheto do PT, quanto na entrevista do ex-presidente da República, as palavras “socialismo” e “socialista” estão *inteiramente* ausentes. O capitalismo e o Estado burguês são apresentados como coisas tão naturais, tão inquestionáveis, que qualquer hipótese de sua superação, mesmo em algum futuro distante, ficaria completamente deslocada. O comentário de Lula sobre a identidade profunda de interesses entre as empresas (capitalistas, é claro) e os trabalhadores é eloquente.

Não pode haver nenhuma dúvida de que o PT, desde o início do governo Lula, se propõe a administrar o Estado burguês e o capitalismo brasileiro, afirmando que isto pode ser feito em benefício de todas as classes sociais. De forma nem sempre muito explícita, e certamente pouco enfática, o PT continua a se considerar um partido (predominantemente) dos trabalhadores; logo, ele se propõe a fazer um governo na linha do que o marxismo sempre chamou de “colaboração de classes”. Os governos do PT são, então, governos majoritariamente dirigidos por um partido que se reivindica dos trabalhadores, em aliança com partidos que fazem reivindicação semelhante (como o PC do B) e com outros explicitamente burgueses, inclusive com vários que estão entre os mais à direita do país. São governos inequivocamente burgueses.

O projeto de “mudança” do PT e de seus governos tornou-se, portanto, bastante limitado: eles se propõem principalmente a reverter os males do período anterior, de governos neoliberais, muito mais retomando o processo anterior a 1990 do que inaugurando algo novo (ainda que, na retórica muito de seu agrado, o ex-presidente goste muito de fazer referências a coisas que supostamente “nunca dantes” haviam acontecido “neste país”).

II

Mas esta reivindicação, de ter rompido com o neoliberalismo e viabilizado sua superação, tem fundamentação?

Se analisamos o curso real das políticas postas em prática nos últimos dez anos, temos de concluir que *certamente não houve ruptura com o neoliberalismo*. O primeiro governo Lula foi inaugurado com a manutenção e a radicalização dos pilares da política macroeconômica do segundo governo de F. H. Cardoso: regime de metas de inflação e compromisso com a manutenção de um superávit fiscal primário elevado, ambos tipicamente neoliberais. Até pelo menos 2011, o Banco Central do Brasil praticou uma

política monetária especialmente conservadora (depois, houve uma redução do grau de conservadorismo, mas seu quadro geral foi mantido). O primeiro embate político importante do governo Lula não foi contra algum setor das classes dominantes, mas contra o funcionalismo público, feito para implementar uma reforma da Previdência inteiramente neoliberal e para ganhar a confiança dos “mercados”. Nenhuma privatização realizada pelos governos anteriores foi revertida, e algumas privatizações adicionais tem sido encaminhadas (ainda que o nome preferido atualmente seja o de “concessões”).

O que é possível dizer é que, a partir do último ano do primeiro governo Lula, depois que o mais neoliberal dos ministros da primeira fase do governo – Antônio Palocci – deixou o Ministério da Fazenda, começou a haver uma tentativa muito limitada de recuperar algum papel para o Estado no “desenvolvimento” – muito embora a principal iniciativa nesta área, o PAC, tenha tido o pudor de se auto-designar “Programa de Aceleração do *Crescimento*”, e não do “*desenvolvimento*” (certamente para evitar ser chamado de “desenvolvimentista”, o que poderia gerar conflitos com os setores mais neoliberais presentes no governo e na oposição), e privilegie incentivos ao capital privado. E embora o marco mais recente de avanço privatista seja deste mês de maio de 2013: a aprovação da MP dos Portos.

O folheto “O Decênio que Mudou o Brasil” apresenta os governos do PT como “desenvolvimentistas”. Mas esta caracterização nunca foi assumida oficialmente pelo governo, e não consta, por exemplo, da entrevista-balanço, já citada, do ex-presidente Lula. É evidente que Lula não pensa o próprio governo desta maneira; esta caracterização é uma tentativa do PT de chamar a atenção para aspectos supostamente progressistas de seus governos.

Se levarmos em conta o que foi o desenvolvimentismo (ou nacional-desenvolvimentismo) no Brasil ou na América Latina, a política dos governos do PT, mesmo desde o segundo mandato de Lula, tem ficado muito distante dele. O nacional-desenvolvimentismo foi uma tentativa de conquistar o desenvolvimento econômico com um grau razoável de nacionalismo (ainda que não chegasse ao anti-imperialismo), de intervenção do Estado e de incentivo à industrialização. Defendia “reformas de base” importantes, em particular a reforma agrária. O PT de hoje, por outro lado, apresenta como uma grande coisa, como vimos, a perspectiva de o Brasil se tornar o maior exportador mundial de produtos agrícolas. Abandonou qualquer veleidade de promover a reforma agrária (pelo contrário, privilegia de forma enfática o agronegócio, o que está implícito na valorização de exportação de produtos agrícolas). Tem promovido uma acentuada reprimarização da pauta de exportações brasileiras, e tem favorecido a desindustrialização do país. O papel do Estado, se de fato é maior do que o que se buscava nos governos Collor (aliás, este é, hoje, um aliado do PT) e F. H. Cardoso, continua muito limitado.

Fala-se às vezes em “novo desenvolvimentismo”. No máximo, este termo poderia ser parcialmente aceito, para assinalar as diferenças existentes entre os governos

do PT e os governos anteriores, desde 1990. Mas seria preciso acrescentar imediatamente que o “novo desenvolvimentismo” muito escasso do atual governo representa uma versão muito aguada do desenvolvimentismo tradicional. E constitui, no máximo, o tipo de “desenvolvimentismo” capaz de conviver com a orientação geral neoliberal do governo, qualificando-a um pouco. Ou seja: é o “desenvolvimentismo” que aceita se subordinar aos marcos gerais do neoliberalismo ainda dominante.

III

Os governos do PT são governos nitidamente burgueses, e não representam nenhuma ruptura com o neoliberalismo. Mas, apesar disso, não seria correto concluir que estes governos tiveram e ainda têm um impacto positivo no país, considerando os tempos difíceis por que o mundo tem passado nas últimas décadas?

Além do muito limitado “novo desenvolvimentismo”, e de uma política externa menos subserviente (mas que não chega a ser nem anti-imperialista, é óbvio, e nem mesmo nacionalista), é possível mencionar, como aspecto positivo, o maior crescimento do salário mínimo nos governos do PT em relação aos governos anteriores, a recuperação do emprego formal e as estatísticas sobre redução das desigualdades e da pobreza. Todos estes aspectos são destacados no folheto “O Decênio que Mudou o Brasil”, e podem ser tomados como evidência de que os governos do PT são, pelo menos, menos ruins do que os governos de Collor e F. H. Cardoso. O folheto, aliás, com base nestes dados, tem a ousadia (ou a desfaçatez) de falar em “decênio glorioso”.

Entretanto, não é possível aceitar uma conclusão geral de que o impacto dos governos do PT tem sido positivo, ainda que limitado, por três razões.

A primeira foi bem exposta por Reinaldo Gonçalves em diversos textos, dentre os quais o livro *Desenvolvimento às Avessas*, de 2013 (Editora LTC): ainda que os governos do PT possam ser contrastados positivamente com os governos de F. H. Cardoso, seu desempenho é muito fraco em comparação tanto com os padrões históricos do país quanto com os atuais padrões atuais da economia mundial. Os dados que comprovam estes dois fatos, citados por este autor, são abundantes; a caracterização que ele faz do modelo econômico brasileiro (“Modelo Liberal Periférico”) é convincente.

Mesmo os dados propagandeados pelos apoiadores do governo sobre a melhora na distribuição de renda são questionáveis: procedem de pesquisas que não levam em conta os rendimentos da propriedade (ou seja, levam em conta apenas salários e programas assistenciais). Ora, como o próprio Lula faz questão de lembrar, as empresas “nunca ganharam tanto” dinheiro, e o mesmo acontece com os rentistas. Podemos acrescentar, além disto, que as perspectivas mais recentes da economia brasileira são pouco positivas: mesmo com o crescimento ainda muito baixo, há déficit na balança comercial e a inflação está próxima do teto admitido no regime de metas de inflação, o que reflete problemas de fundo na indústria brasileira, e anuncia a perspectiva de os resultados do governo Dilma serem piores do que os do governo Lula, e mais próximos aos dos governos de F. H. Cardoso. O mais provável para os próximos anos é um Brasil

mais parecido com a fase atual do conjunto do capitalismo mundial, isto é, com mais regressão social.

Outra razão que nos impede de fazer um balanço positivo, mesmo que minimamente, dos governos do PT, é ainda mais significativa: mesmo que o escasso “desenvolvimentismo” registrado nos governos do PT se amplie nos próximos anos, e a economia cresça mais, e até recupere a participação da indústria, este resultado seria *ruim* para o nosso futuro. A esquerda brasileira já criticava o nacional-desenvolvimentismo à sua época, e com muita razão; e qualquer retomada dele hoje seria muito pior. *Quanto mais a economia mundial crescer no quadro atual, mais se agravará a crise ambiental.* Ora, ainda que o folheto “O Decênio que Mudou o Brasil” fale em “desenvolvimento econômico ambientalmente sustentável”, não cita *nenhum* dado que sustente esta caracterização. Pelo contrário, o crescimento da economia brasileira tem sido, quando existe, extremamente predador. A esquerda tem muito mais razões hoje para criticar *qualquer* desenvolvimentismo, mesmo um que seja menos aguado e menos subordinado ao neoliberalismo do que o modelo em curso no Brasil, do que tinha na época do nacional-desenvolvimentismo. Hoje, defender qualquer coisa menos do que uma nova civilização (o que só é possível com a superação do capitalismo) é inaceitável do ponto de vista ambiental.

Finalmente, é preciso levar em conta uma terceira razão para fazermos uma avaliação inteiramente negativa dos governos do PT: trata-se de sua influência perniciosa sobre a esquerda e os movimentos sociais brasileiros. Ao contrário do que gostam de dizer setores da direita tradicional, o PT não “aparelhou” o governo, ou o Estado; foi o Estado burguês brasileiro que, transformando o PT em seu agente, cooptou e corrompeu a maior parte do que eram em 2002 a esquerda brasileira e os movimentos sociais (cooptou e corrompeu a maior parte de seus quadros, e não apenas de suas direções). Com isto, o resultado dos governos do PT não foi *nenhuma* aproximação, nem mesmo milimétrica, do socialismo, da emancipação humana. Pelo contrário, foi um maior distanciamento. Parte substancial de uma geração de militantes políticos e sociais foi perdida para a luta socialista; tornou-se, na verdade, um obstáculo. Se até 2002 a credibilidade de um projeto socialista era maior no Brasil do que em outros países, depois disto esta relação se inverteu.

É provável que hoje o neoliberalismo esteja mais fraco do que em 2002. Mas isto não tem *nada* a ver com os governos do PT (que, pelo contrário, reforçaram, de conjunto, o neoliberalismo, ainda que tenham introduzido pequenas modificações em seu curso), e sim com a crise internacional.

Com os governos do PT, a esquerda marchou para trás, e desta maneira o futuro tornou-se mais difícil. É claro que isto não deve nos impedir de continuar a luta; mas a condição para isto é a de avaliarmos corretamente o que se passou e está se passando – e aprender com os erros que aqueles que estivemos no PT cometemos, quando contribuímos, em maior ou menor medida, para que estes governos se instalassem. Este já é, entretanto, outro balanço.